



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA  
COORDENAÇÃO ESPECIAL DA RECEITA DO MUNICÍPIO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMF

**CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA E DA DÍVIDA ATIVA DO  
MUNICÍPIO**

**CÓDIGO DE CONTROLE: 477.167/22-20**

**CPF/CNPJ:** 14.585.324/0001-43

**Contribuinte:** A4 VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI - EPP

Certificamos para os devidos fins de direito que, até a presente data, constam em nome do contribuinte acima identificado somente débitos vincendos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora ou com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 206 do CTN e art. 362 da Lei Complementar nº 4.974, ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer débitos que venham a ser posteriormente apurados em seu nome, conforme estabelece o art. 457 da Lei Complementar nº 4.974, de 26 de dezembro de 2016 (código Tributário do Município de Teresina).

Emissão: Teresina-PI, às 16:12:16 h, do dia 28/12/2022.

Validade: 28/03/2023

Certidão sem validade para transferência de imóvel em cartório.

Observações:

- A aceitação desta declaração está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço <http://www.teresina.pi.gov.br>
- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
- Certidão emitida conforme modelo definido no Anexo II, do Decreto nº 11333/2011.



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Declaração**

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 14.585.324/0001-43 DUNS®: 901102625  
Razão Social: A4 VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 12/05/2023  
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**  
MEI: **Não**  
Porte da Empresa: **Empresa de Pequeno**

**Ocorrências e Impedimentos**

Ocorrência: **Consta**  
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**  
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**  
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

**Níveis cadastrados:**

Documento(s) assinalado(s) com "\*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).  
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

**I - Credenciamento**

**II - Habilitação Jurídica**

**III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

Receita Federal e PGFN Validade: 24/03/2023  
FGTS Validade: 30/12/2022  
Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 03/06/2023

**IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)**

Receita Estadual/Distrital Validade: 01/02/2023  
Receita Municipal Validade: 26/12/2022 (\*)

**VI - Qualificação Econômico-Financeira**

Validade: 31/05/2023



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Relatório Nível V - Qualificação Técnica**

**Dados do Fornecedor**

---

CNPJ: 14.585.324/0001-43 DUNS®: 901102625  
Razão Social: A4 VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

**Dados do Nível**

---

Situação do Nível: **Não cadastrado**

**Nenhum registro de Qualificação Técnica encontrado para o fornecedor.**



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Relatório de Ocorrências Ativas**

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 14.585.324/0001-43 DUNS®: 901102625  
Razão Social: A4 VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado

**Ocorrência 1:**

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 155207 - INST.FED.EDUC PIAUÍ CAMPUS CAMPO MAIOR  
Data Aplicação: 18/02/2016  
Número do Processo: 000081/2015-97 Número do Contrato: 18/2014  
Descrição/Justificativa: Notificação enviada à Empresa A4 Vigilância e Segurança Patrimonial LTDA, na data de 03/02/2016, por apresentar a certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (Receita Federal e INSS) vencida em 23/01/2016.  
Informamos que os devidos órgãos já foram comunicados de ofício.

**Ocorrência 2:**

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 200080 - PROCURADORIA DA REPUBLICA - PI  
Data Aplicação: 11/02/2016  
Número do Processo: 1.27.000.002491/2 Número do Contrato: 22/2013  
Descrição/Justificativa: Atraso injustificado no pagamento de salários e benefícios; atraso no pagamento 1º parcela do 13ª salário/2015; falta de informação da RAIS, o que ocasionou problema em relação a PIS dos trabalhadores; problemas não solucionados nos equipamento de comunicação; demais problemas relatados no processo 1.27.000.002491/2015-19

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 90005 - SEÇÃO JUDICIÁRIA NO PIAUI  
Data Aplicação: 03/09/2014  
Número do Processo: 152/2014 Número do Contrato: 37/2013  
Descrição/Justificativa: Descumprimento de obrigações contratuais.

### Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 90005 - SEÇÃO JUDICIÁRIA NO PIAUI  
Data Aplicação: 21/10/2015  
Número do Processo: 1564-47.2015.4.01 Número do Contrato: 36/2014  
Descrição/Justificativa: Descumprimento de obrigações assinalada em cláusula contratual.

### Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 155214 - INST. FED. DO PIAUI/CAMPUS COCAL  
Data Aplicação: 04/01/2016  
Número do Processo: 23172.000835/2014 Número do Contrato: 19/2014  
Descrição/Justificativa: Atraso do pagamento dos salários dos funcionários do IFPI-Campus Cocal.

### Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 155214 - INST. FED. DO PIAUI/CAMPUS COCAL  
Data Aplicação: 29/02/2016  
Número do Processo: 23172000835201413 Número do Contrato: 19/2014  
Descrição/Justificativa: A NF n 321, referente ao mês de janeiro de 2016, não veio acompanhada dos seguintes documento: - Planilha mensal; - Folha de pagamento;- Regularidade fiscal com a Receita Federal e com INSS vencidos; Protocolo de envio de arquivos- conectividade social; -Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP;- Relatório GFIP; -Contracheques; - Vale refeição e Pendência no pagamento do 13 salário de dois funcionários.

### Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 155214 - INST. FED. DO PIAUI/CAMPUS COCAL  
Data Aplicação: 10/02/2016  
Número do Processo: 23172000835201413 Número do Contrato: 19/2014  
Descrição/Justificativa: Não foi efetuado o pagamento do 13 salário (gratificação Natalina) dos terceirizados.

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 155214 - INST. FED. DO PIAUI/CAMPUS COCAL  
Data Aplicação: 01/04/2016  
Número do Processo: 23172000835201413 Número do Contrato: 192014  
Descrição/Justificativa: • A nota fiscal nº 346, referente a prestação dos serviços de vigilância e segurança, executados no mês de fevereiro de 2016, não veio acompanhada da completa comprovação, Onde estão ausentes os seguintes documentos:

DECLARAÇÃO DA EMPRESA DE OPTANTE DO SIMPLES (SE  
COUBER) (ORIGINAL ASSINADA)  
GPS (INSS)  
GRF (FGTS)  
PLANILHA MENSAL  
PROTOCOLO DE ENVIO DE ARQUIVOS - CONECTIVIDADE  
SOCIAL  
RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO  
SEFIP  
RELATORIOS GFIP  
FOLHA DE PAGAMENTO  
CONTRACHEQUES  
FOLHA DE PONTO

### Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 155214 - INST. FED. DO PIAUI/CAMPUS COCAL  
Data Aplicação: 15/02/2016  
Número do Processo: 23172000835201413 Número do Contrato: 19/2014  
Descrição/Justificativa: A nota fiscal n 316, do mês de novembro de 2015, não veio acompanhado dos seguintes documentos: PLANILHA MENSAL, FOLHA DE PAGAMENTO E A REGULARIDADE FISCAL COM A RECEITA E COM O INSS ESTÃO VENCIDOS.

### Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 155214 - INST. FED. DO PIAUI/CAMPUS COCAL  
Data Aplicação: 18/05/2015  
Número do Processo: 23172000835201413 Número do Contrato: 19/2014  
Descrição/Justificativa: - Atraso no pagamento dos salários dos funcionários;  
- Atraso na entrega da nota fiscal referente a abril/2015.

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 155214 - INST. FED. DO PIAUI/CAMPUS COCAL  
Data Aplicação: 07/03/2016  
Número do Processo: 23172000835201413 Número do Contrato: 19/2014  
Descrição/Justificativa: - Não foi efetuado o pagamento do salário dos contratados terceirizados, referente ao mês de janeiro de 2016, previstos na Cláusula Sétima, item 8.1 do contrato 19/2014 e item 3.1.11 do Termo de Referência (Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal).

### Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 155207 - INST.FED.EDUC PIAUÍ CAMPUS CAMPO MAIOR  
Data Aplicação: 29/02/2016  
Número do Processo: 23188000081201597 Número do Contrato: 18/2014  
Descrição/Justificativa: Foi enviada notificação N 05/2016 à Empresa, pelo descumprimento de cláusula prevista no Termo de Contrato N 18/2014, no que se refere ao pagamento dos colaboradores, que se encontra em atraso.

### Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 155207 - INST.FED.EDUC PIAUÍ CAMPUS CAMPO MAIOR  
Data Aplicação: 24/02/2016  
Número do Processo: 23188000081201597 Número do Contrato: 18/2014  
Descrição/Justificativa: ADVERTÊNCIA.NOTIFICAÇÃO N 04/2016 ENVIADA PELA NÃO ENTREGA DA SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO JUNTO À NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DO MÊS DE JANEIRO DE 2016:PLANILHA MENSAL,FOLHA DE PAGAMENTO,REGULARIDADE FISCAL COM A RECEITA E COM INSS ATUALIZADAS,PROTOCOLO DE ENVIO DE ARQUIVOS - CONECTIVIDADE SOCIAL, RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP,RELATORIOS GFIP, CONTRACHEQUES,FOLHA DE PONTO MENSAL(FREQUÊNCIA

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 155207 - INST.FED.EDUC PIAUÍ CAMPUS CAMPO MAIOR  
Data Aplicação: 07/04/2016  
Número do Processo: 23188000081201597 Número do Contrato: 18/2014  
Descrição/Justificativa: Atraso no pagamentos de obrigações trabalhistas e não entrega de documentação comprobatória junto às notas fiscais de janeiro e fevereiro de 2016.

### Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 250030 - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MS/PI  
Data Aplicação: 15/03/2016  
Número do Processo: 25015002182201518 Número do Contrato: 02/2015  
Descrição/Justificativa: Descumprimento das cláusulas contratuais

### Ocorrência 16:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 195012 - 42A DE DESENV.DOS VALES DO S.FRANC E PARNAIBA  
Data Aplicação: 04/10/2016  
Número do Processo: 59570000094201671 Número do Contrato: 7001002016  
Descrição/Justificativa: Desídia da contratada no cumprimento das cláusulas prevista no instrumento contratual.

### Ocorrência 17:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II  
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato  
UASG Sancionadora: 110096 - SUPERINT. DE ADMINISTRACAO EM PERNAMBUCO  
Data Aplicação: 13/12/2022 Valor da Multa: R\$ 2.444,80  
Número do Processo: 00587.000217/2021 Número do Contrato: 13/2021  
Descrição/Justificativa: Atrasos injustificados e recorrentes nos pagamentos dos salários e benefícios, em descumprimento ao Termo de Referência.

### Ocorrência 18:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II  
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato  
UASG Sancionadora: 200127 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PI  
Data Aplicação: 24/06/2020 Valor da Multa: R\$ 10.890,38  
Número do Processo: 08668008727201911 Número do Contrato: 72017  
Descrição/Justificativa: Em decorrência da não manutenção das condições de habilitação durante todo o período contratual, após trâmite de regular processo administrativo.



## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 19:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **90005 - SEÇÃO JUDICIÁRIA NO PIAUI**  
Data Aplicação: **03/09/2014** Valor da Multa: **R\$ 4.466,93**  
Número do Processo: **152/2014** Número do Contrato: **37/2013**  
Descrição/Justificativa: **Descumprimento de obrigações contratuais.**

### Ocorrência 20:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **90005 - SEÇÃO JUDICIÁRIA NO PIAUI**  
Data Aplicação: **21/10/2015** Valor da Multa: **R\$ 971,86**  
Número do Processo: **1564-47.2015.4.01** Número do Contrato: **36/2014**  
Descrição/Justificativa: **Descumprimento de cláusula contratual.**

### Ocorrência 21:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **90005 - SEÇÃO JUDICIÁRIA NO PIAUI**  
Data Aplicação: **21/10/2015** Valor da Multa: **R\$ 53,01**  
Número do Processo: **1564-47.2015.4.01** Número do Contrato: **37/2014**  
Descrição/Justificativa: **Descumprimento de cláusula contratual.**

### Ocorrência 22:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **155214 - INST. FED. DO PIAUI/CAMPUS COCAL**  
Data Aplicação: **13/04/2016** Valor da Multa: **R\$ 3.152,37**  
Número do Processo: **23172000835201413** Número do Contrato: **19/2014**  
Descrição/Justificativa: **A aplicação da sanção deve-se aos descumprimentos ou cumprimento fora do prazo estabelecido, notificados através de correspondência, a contratada não respondeu as notificações formalmente.**

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 23:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **155207 - INST.FED.EDUC PIAUÍ CAMPUS CAMPO MAIOR**  
Data Aplicação: **18/03/2016** Valor da Multa: **R\$ 3.152,37**  
Número do Processo: **23188000081201597** Número do Contrato: **18/2014**  
Descrição/Justificativa: **Aplicação de multa por descumprimento da Cláusula Sétima, item 7.1 do contrato n 18/2014, firmado entre o IFPI/Campus Campo Maior e a Empresa A4 vigilância e segurança patrimonial, por atraso no pagamento dos salários dos trabalhadores.**

### Ocorrência 24:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **250030 - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MS/PI**  
Data Aplicação: **15/03/2016** Valor da Multa: **R\$ 677,32**  
Número do Processo: **25015002182201518** Número do Contrato: **02/2015**  
Descrição/Justificativa: **Descumprimento de cláusulas contratuais**

### Ocorrência 25:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **90005 - SEÇÃO JUDICIÁRIA NO PIAUI**  
Data Aplicação: **01/02/2016** Valor da Multa: **R\$ 2.058,06**  
Número do Processo: **2686-95.2015.4.01** Número do Contrato: **37/2013**  
Descrição/Justificativa: **Atraso no pagamento de salários de empregados - Cláusula 15º, Contr. 37/2013, e Claus. 16º, Contr. 37/2014.**

### Ocorrência 26:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **90005 - SEÇÃO JUDICIÁRIA NO PIAUI**  
Data Aplicação: **11/03/2016** Valor da Multa: **R\$ 6.304,05**  
Número do Processo: **3053-22.2015.4.0** Número do Contrato: **36/2014**  
Descrição/Justificativa: **Descumprimento de cláusula contratual.**

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 27:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **373044 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PIAUI-INCRA/SR-24**  
Data Aplicação: **08/08/2016** Valor da Multa: **R\$ 11.327,62**  
Número do Processo: **54380000338201639** Número do Contrato: **16.000/2016**  
Descrição/Justificativa: **Empresa penalizada por descumprir cláusulas contratuais referentes ao pagamento das verbas salariais devidas aos funcionários, bem como auxílios alimentação e transporte. Não houve quitação de tais verbas e nem a comprovação das mesmas. Foi assegurado o contraditório e a ampla defesa prevista em lei.**

### Ocorrência 28:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **373044 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PIAUI-INCRA/SR-24**  
Data Aplicação: **29/11/2016** Valor da Multa: **R\$ 2.574,46**  
Número do Processo: **54380000338201639** Número do Contrato: **16000/2016**  
Descrição/Justificativa: **Descumprimento das cláusulas contratuais referentes ao pagamento das verbas salariais referentes ao mês de agosto de 2016.**

### Ocorrência 29:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **373044 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PIAUI-INCRA/SR-24**  
Data Aplicação: **03/10/2016** Valor da Multa: **R\$ 1.029,78**  
Número do Processo: **54380000338201639** Número do Contrato: **16000/2016**  
Descrição/Justificativa: **Contratado deixou de efetuar reposição de mão de obra nos postos de trabalho, nos casos de ausência dos funcionários, infringindo dispositivo contratual.**

### Ocorrência 30:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **195012 - 42A DE DESENV.DOS VALES DO S.FRANC E PARNAIBA**  
Data Aplicação: **12/06/2017** Valor da Multa: **R\$ 22.896,00**  
Número do Processo: **59570000094201671** Número do Contrato: **7001002016**  
Descrição/Justificativa: **Descumprimentos contratuais recorrentes por parte da contratada.**

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 31:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III  
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato  
UASG Sancionadora: 343036 - 19º SUPERINTENDENCIA REGIONAL  
Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador  
Prazo: Determinado  
Prazo Inicial: 20/12/2016 Prazo Final: 19/12/2021  
Número do Processo: 01402001860201676 Número do Contrato: 07/2014  
Descrição/Justificativa: Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Superintendência do IPHAN/PI, cláusula vigésima do contrato nr 07/2014.

### Ocorrência 32:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III  
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato  
UASG Sancionadora: 114609 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO PIAUI  
Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador  
Prazo: Determinado  
Prazo Inicial: 30/01/2017 Prazo Final: 29/01/2019  
Número do Processo: 03622.000857/2016 Número do Contrato: 01/2015  
Descrição/Justificativa: Penalidade aplicada em virtude do descumprimento de obrigações contratuais apurado através de processo administrativo.

### Ocorrência 33:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III  
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato  
UASG Sancionadora: 158146 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TECNOLOGIA PIAUI  
Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador  
Prazo: Determinado  
Prazo Inicial: 09/05/2016 Prazo Final: 08/11/2016  
Número do Processo: 23172000835201413 Número do Contrato: 19/2014  
Descrição/Justificativa: Descumprimento de obrigações contratuais tais como: atraso de verbas trabalhistas, não atendimento às condições de habilitação, vencimentos da certidão de Débitos relativos à Cretitos Tributários Federais e à Divida Ativa da União.

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 34:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III  
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato  
UASG Sancionadora: 90005 - SEÇÃO JUDICIÁRIA NO PIAUI  
Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador  
Prazo: Determinado  
Prazo Inicial: 12/02/2016 Prazo Final: 12/03/2017  
Número do Processo: 2686.2015.4.01.80 Número do Contrato: 37/2014  
Descrição/Justificativa: Suspensão, por um(1) ano, do direito de licitar, ou contratar, com a Justiça Federal (Atr. 87, item III, da Lei 8.666/93.

### Ocorrência 35:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III  
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato  
UASG Sancionadora: 90005 - SEÇÃO JUDICIÁRIA NO PIAUI  
Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador  
Prazo: Determinado  
Prazo Inicial: 21/03/2016 Prazo Final: 21/03/2017  
Número do Processo: 3053-22.2015.4.01 Número do Contrato: 36/2014  
Descrição/Justificativa: Descumprimento de cláusula contratual.

### Ocorrência 36:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III  
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato  
UASG Sancionadora: 200080 - PROCURADORIA DA REPUBLICA - PI  
Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador  
Prazo: Determinado  
Prazo Inicial: 27/04/2016 Prazo Final: 26/04/2017  
Número do Processo: 478/2016-14 Número do Contrato: 22/2013  
Descrição/Justificativa: Houve o descumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada, na execução do contrato de nº 22/2013. O número do Procedimento é 1.27.000.000478/2016-14.

### Ocorrência 37:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III  
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato  
UASG Sancionadora: 323023 - SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM-PI  
Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador  
Prazo: Determinado  
Prazo Inicial: 25/01/2017 Prazo Final: 25/01/2018  
Número do Processo: 48421903233201615 Número do Contrato: 01/2016  
Descrição/Justificativa: Penalidade aplicada em virtude do descumprimento de obrigações contratuais e continua inexecução do contrato, apurado através de processo administrativo.

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 38:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III  
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato  
UASG Sancionadora: 373044 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PIAUI-INCRA/SR-24  
Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador  
Prazo: Determinado  
Prazo Inicial: 14/11/2016 Prazo Final: 13/11/2017  
Número do Processo: 54380000338201639 Número do Contrato: 16000/2016  
Descrição/Justificativa: Penalidade aplicada em razão da contínua inexecução do contrato, respeitados o devido processo legal e a ampla defesa.

### Ocorrência 39:

Tipo Ocorrência: Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª  
Motivo: Falha ou fraude na execução do contrato  
UASG Sancionadora: 200127 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PI  
Âmbito da Sanção: União  
Prazo: Determinado  
Prazo Inicial: 24/06/2020 Prazo Final: 24/08/2020  
Número do Processo: 08668008727201911 Número do Contrato: 072017  
Descrição/Justificativa: Em decorrência da não manutenção das condições de habilitação durante todo o período contratual, após trâmite de regular processo administrativo.

### Ocorrência 40:

Tipo Ocorrência: Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª  
Motivo: Falha ou fraude na execução do contrato  
UASG Sancionadora: 195012 - 42A DE DESENV.DOS VALES DO S.FRANC E PARNAIBA  
Âmbito da Sanção: União  
Prazo: Determinado  
Prazo Inicial: 12/06/2017 Prazo Final: 12/12/2017  
Número do Processo: 59570000094201671 Número do Contrato: 7001002016  
Descrição/Justificativa: Descumprimentos contratuais recorrentes por parte da contratada.

### Ocorrência 41:

Tipo Ocorrência: Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.  
UASG Sancionadora: 343036 - 19º SUPERINTENDENCIA REGIONAL  
Impeditiva: Não  
Número do Processo: 01402001860201676 Número do Contrato: 07/2014  
Descrição/Justificativa: Descumprimento de cláusulas conforme contrato nr 07/2014, cláusula vigésima-alínea 20.19,inciso 18 , 19,21,22,23.



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar**

**Dados do Fornecedor**

---

CNPJ: 14.585.324/0001-43 DUNS®: 901102625  
Razão Social: A4 VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

**Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor**



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor**

**Dados do Fornecedor**

---

CNPJ: 14.585.324/0001-43 DUNS®: 901102625  
Razão Social: A4 VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

**Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.**





## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 28/12/2022 16:42:05

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **A4 VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI**  
CNPJ: **14.585.324/0001-43**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **JOMAYRA PEREIRA DOS SANTOS**

CPF/CNPJ: **143.017.957-07**

Certifica-se que, em consulta aos cadastros CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*O [Sistema CGU-PJ](#) consolida os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 17:14:10 do dia 28/12/2022 , com validade até o dia 27/01/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: Vs6TLY6Gnng3AVOaWSp6

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **A4 VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI**

CPF/CNPJ: **14.585.324/0001-43**

Certifica-se que, em consulta aos cadastros CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*O [Sistema CGU-PJ](#) consolida os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 16:42:51 do dia 28/12/2022 , com validade até o dia 27/01/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: hxKrav585EeYK8db2XEH

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*

Data e hora da consulta: 28/12/2022 17:13:18

Usuário: 00801301351

### Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

<b>CPF/CNPJ:</b> 14585324000	<b>Título:</b> Credor/Devedor não existente no Siafi	<b>Situação</b> Adimplente	<b>Total de Registros</b> Há até 30 dias: Há mais de 30 dias:	<b>0</b>
---------------------------------	---	-------------------------------	---	----------

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão
--------	--------	-----------------------

\* Registros incluídos há até 30 dias.

Data e hora da consulta: 28/12/2022 17:13:06

Usuário: 00801301351

**Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN**

<b>CPF/CNPJ:</b> 14301795707	<b>Título:</b> Credor/Devedor não existente no Siafi	<b>Situação</b> Adimplente	<b>Total de Registros</b> Há até 30 dias: Há mais de 30 dias:	<b>0</b>
---------------------------------	---	-------------------------------	---	----------

<b>Código</b>	<b>Credor</b>	<b>Data/Hora de Inclusão</b>
---------------	---------------	------------------------------

\* Registros incluídos há até 30 dias.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **JOMAYRA PEREIRA DOS SANTOS**

CPF/CNPJ: **143.017.957-07**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 17:11:43 do dia 28/12/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: TFCD281222171143

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (28/12/2022 às 17:10) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 143.017.957-07.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63AC.A2C7.09F7.3247 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (28/12/2022 às 17:09) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 14.585.324/0001-43.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63AC.A267.2BFB.2151 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: JOMAYRA PEREIRA DOS SANTOS

CPF: 143.017.957-07

Certidão nº: 46938468/2022

Expedição: 28/12/2022, às 17:11:09

Validade: 26/06/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JOMAYRA PEREIRA DOS SANTOS**, inscrito(a) no CPF sob o nº **143.017.957-07**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.